

INICIATIVAS PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO ESTADO DE SÃO PAULO (1995-2018) ¹

Lucas Andrade de SOUZA²

Licenciado em Geografia
IFSP/Câmpus São Paulo

Caio Cabral da SILVA³

Doutorando em Educação/ EFLCH-UNIFESP
Técnico em Assuntos Educacionais
IFSP/Câmpus São Paulo

Vanessa Santana dos SANTOS⁴

Doutoranda em Educação/ EFLCH-UNIFESP
Docente do Departamento de Ciência Humanas
Colégio de Aplicação João XXIII/UFJF

RESUMO

Esta pesquisa tem, como objeto de estudo, as políticas públicas para Educação de Jovens e Adultos (EJA) no estado de São Paulo no período entre 1995 a 2018, com o objetivo de analisar as iniciativas promovidas pela Secretaria da Educação do estado de São Paulo (SEDUC-SP), atreladas à gestão dos governos do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira). Trata-se de pesquisa longitudinal, de caráter quanti-qualitativo, com realização de estudo bibliográfico e documental. Os dados coletados na pesquisa foram analisados com o intuito de compreender como ocorrem os atos governamentais no estabelecimento da relação entre governo e sociedade civil, conforme os pressupostos de Lasswell (1936), buscando entender as implicações das decisões no campo das políticas públicas. Constatou-se que o atendimento para EJA no estado de São Paulo foi marcado pela descentralização da SEDUC-SP e pela adoção de parcerias público-privadas.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Políticas Públicas; Política Educacional; SEDUC-SP.

¹ Trabalho produzido no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (PIBIFSP), com dados da pesquisa “Política educacional na rede estadual paulista (1995 a 2018)”, financiada pela FAPESP, Processo 2018/09983-0, coordenada pela Profa. Dra. Márcia Aparecida Jacomini.

² Endereço eletrônico: lucasemail03@gmail.com

³ Endereço eletrônico: cabralcaio@ifsp.edu.br

⁴ Endereço eletrônico: vanessa.santana@ufjf.br

Introdução

Garantido enquanto um direito universal fundamental para o desenvolvimento da personalidade humana, o direito à educação gratuita foi certificado pela Declaração dos Direitos Humanos de 1948, em seu artigo 26º (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948). No Brasil, de acordo com a Constituição Federal de 1988, a educação é assegurada como um direito de todos e um dever do Estado, fundamentando o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Apesar das garantias legais em torno do direito à educação para todos, no Brasil, a temática da educação de adultos só começa a ganhar relevância a partir de 1940, dissociando-se do ensino elementar. Segundo Paiva (2015), foi com a atuação de Teixeira de Freitas, à frente do Serviço de Estatística da Educação, que a educação de adultos assumiu independência, com recursos destinados à alfabetização e à educação da população adulta.

É a partir deste período que se iniciaram as principais campanhas e projetos para Educação de Jovens e Adultos (EJA) na história do Brasil. Ainda que este artigo não trate sobre historicização e análise dos principais programas para educação de adultos ao longo do século XX, cabe destacar, de forma sintética, as principais fases que caracterizam este período, pois elas auxiliarão no entender o tratamento dado à modalidade ao longo do século XXI.

Silva (2018) considera quatro fases que caracterizam o período de 1940-2018, sendo elas:

- 1- Período de campanhas (1947-1963): esta fase é o início das campanhas de combate ao analfabetismo em âmbito nacional;
- 2- Período de educação de base e movimentos populares (1961-1964): apesar de curta, esta fase representou grandes avanços educacionais e políticos, tendo como principal expoente Paulo Freire;
- 3- Período de educação de adultos durante o governo civil-militar (1964-1985): esta fase foi marcada por um profundo retrocesso, onde o analfabeto era visto com uma “chaga social” que precisava ser erradicada;

4- Período de educação de adultos/educação de jovens e adultos na redemocratização (1986-atual): com a Constituição de 1988, o analfabeto passou a ter direito ao voto, e a educação passou a ser direito de todos e dever do Estado.

A partir de 1988, com o processo de redemocratização, o direito à educação para jovens e adultos “[...] se inscreve entre a reparação social que a sociedade brasileira foi levada a reconhecer. Iniciativas de alfabetização se multiplicaram em variados espaços da sociedade civil, como associações, igrejas, sindicatos e ONGs [...]” (SOARES, 2011, p. 16).

Na década de 1990 há “[...]um afastamento do poder público no que se refere à definição e implementação de políticas que possam efetivamente garantir a Educação de Jovens e Adultos” (MACHADO, 1998, p. 1). Em consonância com as reformas educacionais ocorridas nos anos 1990, uma série de parcerias público-privadas foram firmadas no campo da Educação de Jovens e Adultos, em âmbito federal, o que Di Pierro (2001) caracteriza como um processo de descentralização e parcerias no atendimento para a modalidade.

O reconhecimento tardio da EJA como modalidade de ensino e o tratamento marginalizado às políticas para Educação de Jovens e Adultos ao longo do século XX desencadearam algumas limitações no campo de estudos sobre a EJA (SOARES, 2011). Compreende-se que:

Essa é a realidade de um país que, em pleno século XXI, mantém uma dívida social com 30 milhões de jovens e adultos com mais de 14 anos de idade que não sabem ler e escrever ou que apenas deram os primeiros passos nesse processo, não adquirindo ainda habilidades suficientes para enfrentar os desafios cotidianos de uma sociedade como a nossa. (SOARES, 2011, p. 7).

Em 1995, no contexto de reformas e ascensão com os princípios da Nova Gestão Pública (NGP), o PSDB assumiu o governo estadual paulista e permaneceu até o presente momento (2021). Diante das considerações colocadas até então, este artigo tem como objetivo compreender como as gestões consecutivas do partido orientaram a Educação de Jovens e Adultos no estado de São Paulo.

São Paulo é o estado mais populoso do país, em 2018 possuía uma população estimada de 45,5 milhões de pessoas — cerca de 22% da população nacional (IBGE, c2017). Além disso, o estado se destaca como o mais rico da nação, com cerca de um terço do valor dos bens e serviços produzidos no país. Em 2017, o Produto Interno Bruto (PIB) de São Paulo foi de R\$ 2,120 tri, enquanto o PIB brasileiro para o período foi de R\$ 6,583 tri (IBGE, 2020). Contudo, apesar da riqueza, o estado “[...] abriga o segundo maior contingente de pessoas que não sabem ler ou escrever, sendo superado apenas pela Bahia” (DI PIERRO; XIMENES, 2011, p. 4).

Em estudo sobre o diagnóstico da situação da EJA no estado de São Paulo, Di Pierro e Serrão (2014) apontam que, segundo o Censo Demográfico⁵ (IBGE, 2010), 45% das mais de 144 milhões de pessoas jovens e adultas com 15 anos ou mais no Brasil não frequentaram os bancos escolares ou, quando frequentaram, não chegaram a completar o Ensino Fundamental (EF). Já em meio àquelas pessoas com 18 anos ou mais, 22 milhões de pessoas não chegaram a terminar o Ensino Médio (EM). Especificamente no estado de São Paulo, os números também eram preocupantes: dentre os mais de 32 milhões de cidadãos com 15 anos ou mais, 37% não havia terminado o EF; e, dentre as pessoas com 18 anos ou mais, que totalizavam, em 2010, quase 19 milhões de pessoas em todo o estado, mais de 5 milhões não haviam concluído o EM.

Diante deste cenário de continuidade de um mesmo partido político, levando em conta a importância do estado de São Paulo no cenário político-econômico nacional, considera-se relevante o desenvolvimento de estudos que avaliem as políticas públicas educacionais da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEDUC-SP).

Trata-se de pesquisa longitudinal, de caráter quanti-qualitativo, amparada em estudo bibliográfico e documental com base em Flick (2009), desenvolvida a partir das análises dos programas e projetos da SEDUC-SP no campo da Educação de Jovens e Adultos entre 1995 a 2018.

Nova Gestão Pública: neoliberalismo e agenda de reformas

⁵ Os dados do Censo Demográfico foram coletados por meio da plataforma SIDRA, do IBGE. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em: 29 jan. de 2021.

Para entendermos as políticas para EJA promovidas pelo PSDB, no estado de São Paulo, no período de 1995 a 2018, é preciso considerar o marco das transformações desencadeadas no modo de produção capitalista a partir de 1970 com a ascensão e a consolidação do neoliberalismo, fundamentado na concepção de Estado mínimo e regulação de mercado (HELOANI, 2018).

A adoção de uma “nova ordem” no sistema produtivo redirecionou a agenda dos Estados Nacionais e dos governos em busca de um novo padrão de gerenciamento, com o objetivo de assegurar maior eficiência e eficácia nas políticas públicas adotadas. Desta forma, a década de 1990 será marcada por uma série de reformas econômicas e educacionais em toda a América Latina. É válido ressaltar, conforme aponta Cavalcante (2017, p. 12), que:

O período de reformas culmina em variadas ações deliberadas de revisão de leis, do papel do Estado, das suas estratégias de tomada de decisão e de implementação de políticas públicas que, como veremos, apresentaram e continuam apresentando configurações e resultados heterogêneos. (CAVALCANTE, 2017, p. 12).

No Brasil, estas reformas tomaram fôlego com a criação do Ministério da Administração e Reforma do Estado (Mare) em 1995, tendo à frente o ministro Bresser-Pereira, que implementou o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), cujos eixos principais foram: a privatização, terceirização e “publicização” (BRESSER-PEREIRA, 1998). Na esteira das transformações que a administração pública mundial passava, Bresser entendia que essas mudanças também eram necessárias para o Brasil:

Bresser se apoiou numa ideia mobilizadora: a de uma administração voltada para resultados, ou modelo gerencial, como era chamado à época. A despeito de muitas mudanças institucionais requeridas para se chegar a este paradigma não terem sido feitas, houve um “choque cultural”. Os conceitos subjacentes a esta visão foram espalhados por todo o país e, observando as ações de vários governos subnacionais, percebe-se facilmente a influência destas ideias na atuação de gestores públicos e numa série de inovações governamentais nos últimos anos. (ABRUCIO, 2007, p. 72).

As reformas destacadas têm princípios gerencialistas, também denominadas como Nova Gestão Pública (NGP), que têm, como principais características: os sistemas de avaliação de programas e projetos, a busca permanente pelo equilíbrio fiscal como indicador de sucesso da gestão, o empoderamento do cidadão no processo de escolha de serviços via competição entre os órgãos, *accountability* e transparência (CAVALCANTE, 2017). Em suma, é a importação dos modelos, métodos e ideias do setor privado para o público.

No plano das políticas educacionais, a agenda de reformas promovidas na década de 1990 visavam garantir o domínio de competências e habilidades básicas necessárias à atividade econômica, com o objetivo de retirada da educação do âmbito do “direito social”, pautando-a como “serviço” no interior do livre mercado (FREITAS, 2018).

No que diz respeito à Educação de Jovens e Adultos, as reformas educacionais implementadas nesse período não modificaram a posição relativa da modalidade nas políticas educacionais, pelo contrário, a lógica aplicada reiterou essa posição desfavorável “[...] ao dicotomizar e estabelecer uma falsa disjuntiva entre a prioridade conferida à educação básica de crianças e adolescentes e as possibilidades de revalorização e desenvolvimento da educação de jovens e adultos.” (DI PIERRO, 2000, p. 23).

Educação de Jovens e Adultos no estado de São Paulo (1995-2018)

A ofensiva neoliberal desencadeada a partir de 1970 encontrou no estado de São Paulo um terreno fértil para consolidação de políticas de austeridade fiscal e desestruturação do Estado. O PSDB, alinhado aos princípios conservadores e liberais que nortearam a elite paulista no decorrer do século XX, promoveu, nestes 23 anos de governo, políticas públicas atreladas à lógica da NGP.

Seguindo esta tendência, a atuação da SEDUC-SP e as políticas educacionais para EJA também foram orientadas segundo os princípios da NGP ao longo de todo o período pesquisado. Com o objetivo de analisar detidamente o tratamento dado para a modalidade no período de 1995 a 2018, estruturamos um quadro que contém as

principais iniciativas promovidas no campo da EJA no estado de São Paulo durante o período.

O levantamento foi realizado com base nas dissertações produzidas por Pastore (2014) e Vieira (2011), e, também, nas contribuições construídas pela pesquisa interinstitucional financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) “Política educacional na rede estadual paulista (1995-2018)”. A seguir estão expostas as principais iniciativas da SEDUC-SP para EJA no período de 1995 a 2018:

Quadro 1 — Iniciativas da SEDUC-SP para EJA (1995-2018)

INICIATIVAS SEDUC-SP	ANO	SECRETÁRIO(A) DA EDUCAÇÃO	GOVERNADOR (PARTIDO)
Decreto nº 40.673/96: instituiu o Programa de Parceria Educacional Estado-Município.	1996	Rose Neubauer	Mário Covas (PSDB)
Decreto nº 41.055: autorizou o início do processo de transferência das escolas, em um período de execução previsto inicialmente em cinco anos.	1996	Rose Neubauer	Mário Covas (PSDB)
Resolução 169/96: determinou a reorganização da rede, subsidiando a extinção das classes de EJA nas etapas de alfabetização e do EF I. Assim, as quatro primeiras séries do EF, as classes de suplência I (EF I – EJA) e as escolas rurais foram municipalizadas.	1996	Rose Neubauer	Mário Covas (PSDB)
Convênio com o IBEAC (Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário Queiróz Filho), aderindo às parcerias público-privadas para a modalidade.	1997	Rose Neubauer	Mário Covas (PSDB)
Convênio com a Comunidade Kolping São Francisco de Guaianases.	1999	Rose Neubauer	Mário Covas (PSDB)
Convênio com o CCECAS (Conselho Comunitário de Educação, Cultura e Ação	2001	Rose Neubauer	Geraldo Alckmin (PSDB)

Social da Grande São Paulo).			
Resolução SE nº 1/2001: promoveu a organização curricular da EJA (EF II E EM), estabelecendo a possibilidade de oferecimento presencial com frequência flexível nos Centros Estaduais de Educação Supletiva ou em Telessalas (Telecurso 2000). De acordo com a Resolução, a organização curricular deveria seguir as orientações do Ministério da Educação.	2001	Rose Neubauer	Geraldo Alckmin (PSDB)
Resolução SE nº 116/2001: as competências e habilidades passam a ser a referência para os exames supletivos. As áreas de conhecimento passam a se organizar em Linguagem, códigos e suas tecnologias, Ciências Naturais e suas tecnologias e Ciências Humanas e suas tecnologias, conforme a divisão estabelecida pelo Ministério da Educação.	2001	Rose Neubauer	Geraldo Alckmin (PSDB)
Convênio com o ITD (Instituto Tecnológico Diocesano Santo Amaro).	2002	Gabriel Chalita	Geraldo Alckmin (PSDB)
Resolução SE nº 181/2002: regulamentou a organização e funcionamento dos cursos de Educação de Jovens e Adultos, com atendimento individualizado e presença flexível, desenvolvidos em Telessalas da rede pública estadual de ensino, assim como as formas de avaliação. Também deliberou sobre o perfil do professor que seria responsável pelo curso, estabelecendo que este atuasse por disciplina ou área de conhecimento.	2002	Gabriel Chalita	Geraldo Alckmin (PSDB)
Programa de Alfabetização e Inclusão de Jovens e Adultos (PAI). O programa consistia em ofertar alfabetização e escolarização inicial às pessoas com 15 anos ou mais que não frequentaram a escola em idade regular mediante convênios com terceiros. Em 2008 será renomeado para Programa Alfabetiza São Paulo.	2003	Gabriel Chalita	Geraldo Alckmin (PSDB)
Resolução SEE nº 14/2005: dispõe sobre o Programa Escola da Juventude, voltado	2005	Gabriel Chalita	Geraldo Alckmin (PSDB)

para o atendimento de jovens de 18 a 29 anos, no Ensino Médio, tinha aulas aos finais de semana, como parte das atividades do Programa Escola da Família, nas escolas da rede estadual de ensino, ministradas por estudantes de cursos de licenciatura. O objetivo do programa era oferecer uma proposta inovadora de escolarização, aliada à inclusão digital.			
Deliberação CEE 82/2009: traz novidades em relação ao currículo a ser oferecido para o Ensino Fundamental II e Ensino Médio modalidade EJA. As orientações para o Exame Nacional de Certificação de Competências para a EJA (ENCCEJA) passam a ser a referência. De forma clara, a relação avaliação externa-currículo é estabelecida, estando o segundo subjugado ao primeiro. Para os anos iniciais, o Estado continua a se isentar de qualquer responsabilidade.	2009	Paulo Renato Souza	José Serra (PSDB)
Resolução SEE nº 48/2009: começa uma transição gradual nos cursos no que se refere ao novo material a ser utilizado que é o do ENCCEJA, disponível para <i>download</i> no sítio do INEP, ratificando a relação avaliação externa-currículo. O material apresentado tem como foco as competências e habilidades exigidas nas diversas áreas de conhecimento.	2009	Paulo Renato Souza	José Serra (PSDB)
Deliberação CEE nº 95/2010: estabeleceu, por sua vez, seguindo determinação federal, que o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), utilizado preliminarmente como meio de acesso ao ensino superior, também certificaria para o Ensino Médio, assim como o ENCCEJA.	2010	Fernando Padula Novaes	Alberto Goldman (PSDB)
SEDUC-SP estabelece convênio com a AlfaSol, sendo esta a quinta e última ONG a aderir ao Programa Alfabetiza São Paulo.	2010	Fernando Padula Novaes	Alberto Goldman (PSDB)

Resolução SE nº2/2016: estabelece o número máximo de alunos por sala, as classes de EJA são as maiores dentre as demais, com 45 alunos para o Ensino Fundamental II e Ensino Médio.	2016	José Renato Nalini	Geraldo Alckmin (PSDB)
Resolução SEE nº 30/2017: por sua vez, cria as salas multisseriadas, quando o número de alunos for inferior ao estabelecido pela SEDUC-SP.	2017	José Renato Nalini	Geraldo Alckmin (PSDB)

Fonte: Autores

Descentralização e parcerias na política educacional paulista para EJA (1995-2018)

O primeiro aspecto a ser destacado ao longo dos 23 anos das políticas promovidas para EJA no estado de São Paulo é as mudanças ocorridas entre 1996 a 2001, tendo Rose Neubauer como Secretária da Educação. Tais mudanças irão direcionar o tratamento dado à modalidade EJA em todo o período analisado, com ênfase na descentralização da SEDUC-SP e no estabelecimento de convênios ou parcerias.

Adepta à agenda neoliberal que estava em curso no período e aos princípios da NGP, Rose Neubauer fixou uma nova orientação para as políticas educacionais da SEDUC-SP, baseando-se em três eixos centrais: racionalização organizacional, mudança nos padrões de gestão e melhoria da qualidade de ensino.

Em 1996, foi implementada uma reorganização na Rede Estadual de Educação de São Paulo (REE-SP) a partir de dois mecanismos legais: o Decreto nº 40.673/1996 (SÃO PAULO, 1996a) e a Resolução nº 169/96 (SÃO PAULO, 1996b). Conforme apontado no quadro acima, o Decreto instituiu o processo de municipalização da rede escolar paulista, transferindo as responsabilidades administrativas e de gestão concernentes às modalidades da Educação Básica da esfera estadual para a esfera municipal. Já a Resolução determinou os critérios para reorganização das escolas públicas estaduais, subsidiando a extinção das classes de EJA nas etapas de alfabetização e do EF I, repassando-as para os municípios.

Um ano depois, em 1997, inicia-se um processo que se tornará cada vez mais frequente: a consolidação de parcerias para o atendimento da modalidade EJA. A SEDUC-SP estabelece seu primeiro convênio com o IBEAC, sendo esta a primeira das cinco parcerias que atuarão por 17 anos no Programa Alfabetiza São Paulo, criado em 2003, sendo elas: Comunidade Kolping Guaianases, CCECAS, ITD e AlfaSol.

O projeto neoliberal, por sua vez, recorre à promoção da ação conjunta entre a Sociedade Civil e Estado, com o objetivo implícito de destituir o segundo de seu papel garantidor de direitos e fazer retroceder a noção de cidadania para sua acepção conservadora (individualizada e associada ao consumo/produção mercantis). Na contramão do primeiro, concorre para a despolitização das relações Sociedade/Estado, transferindo para a primeira a responsabilidade na satisfação das necessidades coletivas. (PASTORE, 2014, p. 96).

O último aspecto a ser destacado na gestão Rose Neubauer é a organização curricular da EJA no EF II e EM, com possibilidade de atendimento semipresencial via Telecurso 2000, cujo material didático é elaborado pela Fundação Roberto Marinho. A partir desse momento, o currículo para EJA passou a seguir as orientações do Ministério da Educação, tendo como referência as competências e habilidades para o exame supletivo (SÃO PAULO, 2001a, 2001b).

Apesar do curto tempo à frente da SEDUC-SP, Rose Neubauer apropriou-se dos princípios da NGP nas políticas educacionais do estado de São Paulo. De acordo com o levantamento realizado, evidenciou-se que, apesar das mudanças de governadores e secretários no período analisado, as políticas para EJA permaneceram dentro do espectro de adoção de parcerias e descentralização da SEDUC-SP.

O Programa Escola da Juventude, criado em 2005 pelo Secretário da Educação Gabriel Chalita, tinha como objetivo oferecer uma proposta inovadora de escolarização aliada à inclusão digital. Entretanto, o programa só perdurou por cerca de 18 meses. Segundo Vieira (2011), a falta de gestão e problemas estruturais, como laboratórios e materiais, dificultaram o êxito do programa.

No plano das políticas curriculares, a principal iniciativa após a gestão Rose Neubauer foi a utilização do material do ENCCEJA, em 2009, com a Resolução SE nº 48/2009 (SÃO PAULO, 2009), tendo Paulo Renato Souza no comando da SEDUC-SP. Em 2010, o Secretário da Educação Fernando Padula Novaes aprovou a Deliberação do

Conselho Estadual de Educação (CEE) nº 95/2010 (SÃO PAULO, 2010), permitindo que o ENEM passe a valer como certificação para o Ensino Médio, assim como o ENCCEJA. Novamente, as competências e as habilidades tornam-se referência na avaliação externa-currículo.

Quando procuramos pela identidade pedagógica dos cursos de EJA, na maior parte dos casos, nos deparamos com algo muito assemelhado ao antigo Ensino Supletivo: cursos acelerados voltados à reposição dos mesmos conteúdos escolares veiculados no ensino infanto-juvenil. O currículo tende a ser pouco significativo e desconectado das necessidades de aprendizagem dos jovens e adultos. Além do risco de infantilização dos estudantes, essa abordagem compensatória ignora a riqueza de saberes das pessoas jovens e adultas, tendendo a vê-las como indivíduos aos quais faltam conhecimentos. (DI PIERRO, 2014).

Por fim, duas medidas tomadas pelo Secretário da Educação José Roberto Nalini demonstram a falta de prioridade nas políticas educacionais para EJA no estado de São Paulo. Em 2016, com a Resolução SE nº 2/2016 (SÃO PAULO, 2016), ficou estabelecido o número máximo de alunos por sala na EJA no EF II e EM; já em 2017, com a Resolução SE nº 30/2017 (SÃO PAULO, 2017), criaram-se as salas multisseriadas, quando o número de alunos for inferior ao estabelecido pela SEDUC-SP. Estas ações têm como justificativa a otimização dos espaços escolares e a prioridade dada ao ensino regular.

Conclusão

As reformas neoliberais desencadeadas a partir de 1990 e os reflexos das mudanças nos padrões de gestão e governança em ordem global produziram uma desestruturação e uma alteração do papel desempenhado pelo Estado. No Brasil, o desmonte do Estado ao longo do século XXI conferiu à política educacional uma lógica gerencialista e de mercado, precarizando o acesso ao ensino público e gratuito.

Ao analisarmos as políticas para EJA no estado de São Paulo no período de 1995 a 2018, constatamos que, apesar dos avanços experimentados após o processo de redemocratização em 1988, a modalidade ainda o ocupa um lugar marginal (PAIVA,

2015) na política educacional paulista, dificultando a plena realização do direito à educação para todos, assegurado pela CF 88.

A consolidação dos princípios da NGP na política educacional paulista no período analisado caracterizou o processo de descentralização da SEDUC-SP, conferindo ao atendimento da modalidade EJA uma “naturalização” na adoção de parcerias/convênios. Entretanto, “[...] a disseminação de provedores e práticas de parceria nada tem de “natural”, mas resulta da redefinição do papel do Estado no financiamento e provisão de serviços básicos, que deixou abertas lacunas, progressivamente ocupadas por agentes sociais diversos.” (DI PIERRO, 2001, p. 327).

Esperamos que os esforços realizados neste artigo e a sistematização das políticas educacionais para EJA no estado de São Paulo entre 1995 a 2018 — com o PSDB à frente do governo em todo o período — auxiliem na compreensão da situação da modalidade no estado mais rico da nação, que, como foi demonstrado, ainda está muito aquém das necessidades demandadas pela população jovem e adulta que tem negadas, em pleno século XXI, a garantia e a efetivação do direito à alfabetização e à escolarização.

Referências

ABRUCIO, F. L. Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 41, p. 67-86, 2007. Número Especial.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Reforma do Estado para a cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional**. São Paulo: Ed. 34; Brasília: ENAP, 1998.

CAVALCANTE, P. **Gestão pública contemporânea: do movimento gerencialista ao pós-NPM**. Aplicada. Brasília, DF: Ipea, 2017. (Texto para discussão, 2319).

DI PIERRO, Maria Clara. Descentralização, focalização e parceria: uma análise das tendências nas políticas públicas de educação de jovens e adultos. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 321-337, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=1517-970220010002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 jan. 2021.

DI PIERRO, Maria Clara. Os desafios para garantir a Educação de Jovens e Adultos. **Gestão Escolar**, São Paulo, ed. 31, 2014. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/7891/educacao-31>. Acesso em: 17 jan. 2021.

DI PIERRO, Maria Clara; SERRAO, Luis Felipe Soares. **Contribuições para o diagnóstico da EJA no estado de São Paulo (2014)**. São Paulo: Fórum Estadual de Educação de Jovens e Adultos – SP, 2014. Disponível em: <http://forumeja.org.br/sp/?q=node/8>. Acesso em: 13 jan. 2021.

DI PIERRO, M. C.; XIMENES, S. B. Políticas e direitos educativos dos jovens e adultos no estado de São Paulo: notas de pesquisa e relato de intervenção. *In*: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 25, CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 2., São Paulo, 2011. **CD-ROM**. São Paulo: ANPED, 2011. p. 1-13.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução: Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

HELOANI, R. **Modelo de gestão e educação: gerencialismo e subjetividade**. São Paulo: Cortez, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **São Paulo (Estado): panorama**. Brasília, DF: IBGE, c2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/panorama>. Acesso em: 13 jan. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produto Interno Bruto - PIB**. Brasília, DF: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em: 10 jan. 2021.

LASSWELL, H. D. **Politics: who gets what, when, how**. Cleveland: Meridian, 1936.

MACHADO, Maria Margarida. **A trajetória da EJA na década de 90: políticas públicas sendo substituídas por “solidariedade”**. *In*: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 21., 1998, Caxambu. Disponível em: http://forumeja.org.br/gt18/files/MACHADO.pdf_2_0.pdf. Acesso em: 12 jan. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração universal dos direitos humanos**. Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. [S. l.]: ONU, 1948.

PAIVA, V. **História da educação popular no Brasil: educação popular e educação de adultos**. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2015.

PASTORE, J. D. **Programa Alfabetiza São Paulo**: análise da política estadual de alfabetização de jovens e adultos (1997/2013). 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo (FEUSP), São Paulo, 2014.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 40.673, de 16 de fevereiro de 1996. Institui o Programa de Ação de Parceria Educacional Estado-Município, para atendimento ao Ensino Fundamental. **Diário Oficial [do] Estado de São Paulo**: parte 1: Poder Executivo, São Paulo, ano 106, n. 33, p. 2, 17 maio 1996a.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Educação. Resolução nº 169, de 21 de novembro de 1996. Dispõe sobre as diretrizes para a continuidade do Programa de Reorganização da Rede Estadual de Ensino, e dá providências correlatas. **Diário Oficial [do] Estado de São Paulo**: parte 1: Poder Executivo, São Paulo, ano 106, n. 223, p. 7, 21 nov. 1996b.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Educação. **Resolução SE nº1, de 22 de outubro de 2001**. Dispõe sobre a organização curricular dos cursos de Educação de Jovens e Adultos da rede estadual de ensino e dá providências correlatas.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Educação. **Resolução SE nº 116, de 22 de outubro de 2001**. Dispõe sobre os exames supletivos de Educação Básica na rede estadual de ensino. São Paulo: SEDUC, 2001b.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Educação. **Resolução SEE nº 48, de 24 de julho de 2009**. Dispõe sobre a implementação, nas unidades escolares estaduais, das diretrizes dos Cursos de Educação de Jovens e Adultos estabelecidas pela Deliberação CEE nº 82/2009. São Paulo: SEDUC, 2009.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Educação. **Resolução SE nº2, de 8 de janeiro de 2016**. Estabelece diretrizes e critérios para a formação de classes de alunos, nas unidades escolares da rede estadual de ensino. São Paulo: SEDUC, 2016.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Educação. **Resolução SE nº 30, de 7 de julho de 2017**. Estabelece diretrizes para a organização curricular do Ensino Fundamental e do Ensino Médio da Educação de Jovens e Adultos - EJA, em classes multisseriadas, e dá providências correlatas. São Paulo: SEDUC, 2017.

SILVA, C. C. **Produção acadêmica sobre Educação de Jovens e Adultos (2000-2010)**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2018.

SOARES, Leônicio J. G. (org.). **Educação de Jovens e Adultos**: o que revelam as pesquisas. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. (Coleção estudos em EJA, 11).

VIEIRA, R. S. **As relações federativas e as políticas de EJA no estado de São Paulo no período 2003-2009**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

INITIATIVES FOR YOUTH AND ADULT EDUCATION IN THE STATE OF SÃO PAULO (1995-2018)

ABSTRACT

This research has, as study object, the public policies for Youth and Adult Education (EJA) in the state of São Paulo in the period between 1995 to 2018, with the aim of examining initiatives promoted by the São Paulo State Department of Education (SEDUC-SP), linked to the management by PSDB (Brazilian Social Democracy Party) governments. It is a longitudinal research, of a quantitative and qualitative nature, with the fulfillment of a bibliographic and documentary study. The collected data in the research were formed with the intention of connecting the scientific knowledge with the governmental acts in the establishment of a relation between government and civil society, according to the Lasswell (1936)'s assumptions, seeking to understand the decisions implications in the field of public policies. It was found that the service for EJA in the state of São Paulo was marked by the decentralization of SEDUC-SP and the adoption of public-private partnerships.

Keywords: *Youth and Adult Education; Public Policies; Educational Policies; State Department of Education (SEDUC-SP).*

Envio: janeiro/2021

Aceito para publicação: fevereiro/2021